

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 1
Janeiro/Junho 2014
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 01-288	Jan/Jun 2014
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

Vende-se Rio de Janeiro, ótimo Estado, todo reformado, segurança reforçada, excelente para temporadas

Paloma Henriques Maricato

RESUMO

O presente artigo é resultado do interesse em analisar o atual momento de transformações urbanas vivenciado no Rio de Janeiro. Busca discutir a cidade commodities, tratando das transformações processadas na cidade com o novo contexto de empresariamento urbano e os diferentes interesses em jogo para a construção de uma imagem-síntese de cidade, bem como o papel das UPPs nesse processo de reurbanização. Além disso, trabalha a ameaça que as manifestações trazem para a construção dessa imagem. É necessário atentarmos para as modificações dadas nos territórios trabalhados, entendendo a produção dessas transformações no contexto de cidade-empresa, no qual aprofundam as desigualdades territoriais e modificam tais espaços a partir dos interesses da classe dominante.

PALAVRAS-CHAVE

Cidade.
Mercadoria.
Segurança Pública.
Violência.

Recebido em 30/04/14.

Aprovado em 09/09/14.

Rio de Janeiro for sale, great State, remodeled, enforced security, perfect for vacation rental

This article is a result of the interest in analyzing the urban transformations experienced in Rio de Janeiro nowadays. It aims to discuss the “commodity city”, looking at the transformations processed in the city by the new context of urban business management and the different interests in match to construct an image-synthesis of the city, as well as discuss the function of the Pacifying Police Units (UPPs) in this process of (re)urbanization. This article also exposes the threat that popular manifestations bring to the construction of the image-synthesis of the city. It is necessary to focus on the modifications made in the territories, analyzing the productions of those transformations in the context of the business-city, in which deepens the territorial inequalities and changes those places according to the interests of the dominant social class.

KEYWORDS City. Commodity. Public Safety. Violence.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 89-112	Jan/June 2014
------------------------	----------------	-------	------	-----------	---------------

Introdução

Este texto toma como base parte da minha dissertação e se propõe a discutir o novo momento de reestruturação urbana vivenciado no Rio de Janeiro. Visa aprofundar a discussão de cidade *commodities*, tratando das transformações processadas no Rio de Janeiro com o novo contexto de empresariamento urbano e os diferentes interesses em jogo para a construção da recuperação da imagem de cidade “organizada”, “limpa” e “segura”. Pretende também discutir o objetivo da implantação das UPPs nesse contexto de cidade *commodities*.

A análise apresentada baseou-se em pesquisa bibliográfica e utilização de reportagens jornalísticas. A pesquisa bibliográfica aprofundou em alguns autores, tais como: Harvey, Sanchez e Sassen os quais trabalham com a discussão da nova forma de produção do espaço urbano a partir do desenvolvimento econômico, exigindo que tais espaços assumam contornos empresariais de modo que atenda a demanda mercadológica; aprofunda na análise de Mészáros que trata da inversão entre causas e efeitos, bem como a incapacidade do sistema capitalista de corrigir integralmente os efeitos de seus danos, sem atingir a origem do problema.

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte pretende discutir as mudanças que ocorrem na cidade ao assumir uma identidade mercadológica com contornos empresariais, bem como o objetivo do programa das UPPs nesse novo contexto e a necessidade de um discurso que busca instalar pânico e desordem como instrumento difusor do medo para a implantação de políticas de lei e ordem.

A segunda parte trata da necessidade da construção de uma imagem de cidade e a formação de um consenso, buscando evidenciar uma aparente harmonia social para a viabilização dos investimentos postos na cidade. Faz uma discussão das manifestações populares iniciadas em junho de 2013, como forma de expor os conflitos existentes e a discordância de parte da população nessa nova proposta de cidade.

A terceira parte objetiva discutir a influência da ideologia burguesa na consciência comum dos cidadãos apresentando esse projeto de cidade como a única solução possível para o progresso urbano. Além disso, busca trabalhar os efeitos perversos que tais modificações provocam na vida da população, sobretudo os pobres.

Os impactos na cidade com o empresariamento urbano

Nos últimos anos presenciamos o investimento maciço dos gestores do Rio de Janeiro na recuperação da imagem da cidade com vistas à superação do estigma de desorganização, violência e pobreza. Tal investida deve-se ao fato do Rio de Janeiro ser o foco dos grandes eventos olímpicos.

A intensificação do processo de favelização na cidade deu-se nos anos 1940 e 1950, gerando resposta por parte dos governantes com políticas de remoção e construção de conjuntos habitacionais nas periferias. No fim da década de 1970 o Rio começa a sentir os efeitos da crise econômica que atinge todo país, resultando em outro surto de favelização. Já na virada dos anos 1980, com a expansão do tráfico de drogas associado ao crescimento do desemprego, a violência começa a se espalhar para toda a cidade, não apenas nos bairros de periferia e nos espaços favelados, reforçando a construção da representação negativa do senso comum sobre o Rio de Janeiro (BARREIRA, 2013).

Com a consolidação do tráfico de drogas nas favelas, o aumento do desemprego, a escassez de investimentos sociais, as chacinas ocorridas em 1993 e, para finalizar as imagens do “arrastão” em uma praia da Zona Sul, em 1994, passa-se então, a disseminar uma imagem de cidade desordenada e violenta, afetando as atividades turísticas e a imagem da cidade, conhecida como “paraíso tropical”.

Para Malaguti (2003), a difusão e a manutenção do medo são funcionais para que a sociedade apoie as iniciativas governamentais. A propagação do medo e do caos no Brasil é necessária para a implantação de políticas de lei e ordem com a introdução de estratégias de neutralização e disciplinamento das classes populares. O discurso de instalação do pânico e desordem, recorrentemente reforçado pela mídia, funciona como um instrumento difusor do medo.

Constatamos a atualidade da análise, quando pensamos na atual conjuntura vivenciada no Rio. Nos últimos anos, uma onda de caos e medo foi difundida na cidade. Em outubro de 2009, com a queda de um helicóptero

da polícia militar provocado por tiros disparados pelo tráfico de drogas do Morro dos Macacos, o pânico se instaurou nos moradores da localidade e do entorno. Seguido a esse evento, em novembro de 2010, uma onda de caos supostamente instaurado pelo comando vermelho se instala na cidade no decorrer de uma semana, com arrastões e veículos queimados, culminando na tomada truculenta do Complexo do Alemão - amplamente divulgado pela mídia e pelas forças de segurança como QG (quartel general) do comando vermelho - pelo exército e tão aplaudida pela sociedade, associada a discursos arbitrários e violentos por parte do Governador do Rio de Janeiro.

Menegat aponta que no atual contexto, há um achatamento da classe média e a possibilidade de fusão, em sua maioria, com a classe pauperizada. Com isso, a classe média tem se tornado cada vez mais conservadora do que naturalmente é, ressentidos com os "de cima" por não ocuparem esse lugar e descarregando toda sua frustração sobre "os de baixo", cobrando e comemorando a brutal repressão policial que os pobres sofrem cotidianamente. (MENEGAT, 2008).

Observamos não apenas uma ala conservadora de governantes se apropriando do Rio, bem como o apoio dos atos truculentos pela própria sociedade que assistiu a tomada do Alemão como uma grande vitória. A cena emblemática - filmada pela Rede Globo de televisão - dos traficantes fugindo da Vila Cruzeiro para o Morro do Alemão, com os mesmos sendo baleados, não apenas recebeu o apoio da sociedade como também um forte apelo para uma ação mais truculenta dos policiais. Malaguti assinala que "o processo de demonização do tráfico de drogas fortaleceu os sistemas de controle social aprofundando seu caráter genocida. (...) A violência policial é imediatamente legitimada se a vítima é um suposto traficante." (MALAGUTI, 2003, p.135). Para a autora, a nossa sociedade passou da crítica da truculência e da militarização da segurança pública à sua naturalização e agora ao aplauso, adesão subjetiva à barbárie.

Com o avanço do projeto olímpico, a retórica belicista precisou ser substituída por uma estratégia de eliminação dos conflitos armados nos principais pontos da cidade por meio da "pacificação". Como aponta Barreira (2013), era necessária uma articulação entre a reestruturação urbana e a diminuição dos conflitos urbanos, com vistas à recuperação do controle social e territorial de determinadas áreas, redimensionando a imagem da

cidade e de seus governantes de forma que evidencie que o poder estatal se faz presente em toda a cidade.

Dessa forma, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), iniciado em dezembro de 2008, busca diminuir a sensação de insegurança, eliminando os conflitos armados em áreas de alta renda que tanto atraem os consumidores estrangeiros.

Sendo assim, é necessário que as UPPs sejam analisadas dentro de um projeto maior que envolve interesses do capital. Sassen aponta que “a combinação da dispersão espacial e da integração mundial tem contribuído no desempenho de um papel estratégico das maiores cidades na atual fase da economia mundial” (SASSEN, 1993, p.188). Há uma desconcentração espacial da produção com o avanço da tecnologia e uma integração concomitante de diversas atividades. Contudo, as condições distintas sob as quais tais facilidades são disponíveis promovem a centralização de usuários avançados nos centros de telecomunicações mais desenvolvidos. Sendo assim, a tendência é que as empresas maiores estejam concentradas em cidades maiores e que haja desenvolvimento de infraestruturas em tais cidades. Segundo a autora, o novo modelo de gestão urbana estaria fortemente vinculado à produção de representações e práticas que transformam a cidade em mercadoria.

Diante das novas exigências de acumulação, a atual fase do capitalismo impõe a produção de um novo espaço. Para a produção desse espaço, operam diferentes agentes e interesses combinados. Essa nova fonte de produção evidencia a importância cada vez maior do espaço no capitalismo, bem como a produção global do espaço social, ou seja, há uma “reorganização abrangente da produção subordinada às cidades e aos centros de decisão” (SANCHEZ Apud LEFEBVRE, p.33).

Segundo Barreira (2013), diante dessas transformações, o Estado vem perdendo sua função reguladora e concentrando-se no estímulo das iniciativas empresariais. Ao adotar práticas empreendedoras, as administrações locais perdem a capacidade de controlar fluxos financeiros, atuando somente como gestores do espaço urbano. O resultado de tais mudanças gera uma nova problemática urbana:

O período de consolidação da globalização econômica corresponde a um tipo de ‘empresariamento urbano’, que, entre outros aspectos, assume a forma de uma competição entre cidades na qual cada uma

delas pretende se tornar mais atrativa aos investimentos internacionais de eventuais 'parceiros privados'. (BARREIRA, 2013, p.136).

Evidencia-se que as mudanças impulsionadas pela globalização não se restringiram apenas ao mundo econômico. Esta afetou também a produção do espaço urbano e consequentemente a formulação de paradigmas nas políticas urbanas. São produzidas novas formas de dominação e técnicas de manipulação cultural. (SANCHEZ, 2001)

Num mundo onde tudo se torna mercadoria, há um processo de reorientação das ações governamentais com relação à administração urbana, decorrendo em um processo de mercantilização do espaço, fruto do desenvolvimento do mundo do mercado e do capitalismo avançado. Nessa lógica, é necessário que se invista na cidade para que ela se torne atraente e funcional para o capital, com infraestrutura moderna e que assegure qualidade de vida e segurança pública. De acordo com Harvey (1996), a abordagem do gerenciamento própria dos anos 60, cedeu lugar a formas de ação do empresariamento urbano nos anos de 1970 e 1980. Para o autor, foi consensual nos países capitalistas que as cidades só trariam benefício se estas assumissem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico.

As razões para essas mudanças devem-se, segundo Harvey (1996) a três fatores, dentre eles, a dificuldade advinda com a crise econômica que assolou as economias capitalistas desde a recessão de 1973, gerando desemprego, austeridade fiscal a nível nacional e local, associado a um crescente neoconservadorismo e um apelo à racionalidade do mercado e da crescente privatização do setor público. Os "neoconservadores" carregados de sua ideologia neoliberal ganhavam força através de um discurso que responsabilizava o Estado Social com suas políticas de tipo keynesianas pela crise que se refletia nas cidades, culminado na degradação das áreas urbanas centrais, cedendo lugar para os investimentos privados. (HARVEY, 1996). A intervenção do Estado é vista como uma barreira para o progresso das cidades, impedindo a livre iniciativa do mercado.

Outro fator apontado por Harvey (1996) tem relação com o declínio dos poderes de Estado-Nação e no controle de fluxo monetário multinacional, de modo que os investimentos tomam a forma de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, os quais buscam uma atratividade local para o desenvolvimento capitalista. E por último, o autor

ressalta que o empresariamento urbano teve papel importante na transição do regime de acumulação de capital fordista-keynesiano para o regime de acumulação flexível.

No que se refere às características desse tipo de administração urbana, Harvey (1996) aponta alguns elementos, dentre eles à noção de parceria público-privada, onde há a integração entre a iniciativa privada e o poder público local, com o objetivo de atrair fontes externas de financiamento e novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego. Ao pensarmos na afirmação de Harvey (1996) com a realidade do Rio de Janeiro, podemos destacar a parceria realizada entre o governo municipal, estadual e federal com o Grupo EBX do empresário Eike Batista para a criação das UPPs que surgiram sob a proposta das chamadas Parcerias Público-Privadas.

Contudo, podemos observar que quando há problemas no setor privado, quem assume o ônus dessa parceria é o setor público. O atual momento de crise que atravessa o empresário Eike Batista e o impacto dessa crise nos municípios demonstra nitidamente a referida afirmação. Em 2006 o grupo EBX anunciou a construção do Superporto do Açú, em São João da Barra. A cidade ficou conhecida como “Eikelândia” diante dos altos investimentos e das transformações que vinham ocorrendo na cidade. O município melhorou os índices de desenvolvimento humano, aumentou a arrecadação e abriu novas vagas de emprego. Entretanto, com a queda das ações e o momento de crise do Grupo de Eike, as obras promovidas na cidade desaceleraram e a cidade começou a sofrer os impactos da crise. Segundo o IDH, em 2011 o município chegou a ocupar a 18ª posição no ranking de emprego e renda da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), quando o trabalho no porto era intenso e em 2012 ocupava o 34º lugar. O recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS), que em 2006 era de R\$ 1,18 milhão, subiu para R\$ 12,7 milhões em 2011 e recua em 2013.

Após a crise, R\$ 36 milhões foram perdidos em arrecadação apenas no primeiro trimestre de 2013. No primeiro semestre, 1.332 vagas formais de emprego foram extintas. Além disso, os moradores contestam as desapropriações dos terrenos para a construção do porto e os pesquisadores da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense), constataram que houve erro nas obras, ocasionando no escoamento da água do mar para terrenos ao redor do porto, prejudicando a produção rural com a salinização da terra.

Os danos referidos acima assinalam o segundo elemento trabalhado por Harvey, o qual aponta o empreendedorismo como uma característica dessa parceria público privada, considerando que a execução de projetos, é essencialmente especulativa, e, portanto sujeita aos riscos e perigos inerentes ao desenvolvimento especulativo. Assim, acrescenta o autor, em muitos casos, isso significou que o setor público assumisse os riscos, incidindo diretamente na população pauperizada, e o setor privado ficasse com os benefícios.

No que se refere ao terceiro elemento que caracteriza esse novo empresariamento, o autor aponta que o empreendedorismo tem como foco a economia política do lugar em detrimento do território, ou seja, há um investimento maior em projetos pontuais o que traz um impacto menor nas condições de vida da maior parte da população em prejuízo de intervenções mais abrangentes como habitação, educação e saúde. Com o objetivo de atrair capitais, as intervenções têm como norte, tornar a cidade um lugar inovador, criativo e seguro para viver ou visitar o que em certa medida pode contribuir para a qualidade de vida, contudo os benefícios dessas intervenções são geralmente indiretos.

Como exemplo desse último elemento, no que se refere ao atual contexto do Rio de Janeiro, podemos citar os investimentos em infraestrutura, restaurações e construções de novos equipamentos esportivos, revitalização da zona portuária através do Projeto Porto Maravilha, além dos investimentos no sistema viário, como o projeto de implantação das vias TransOeste, TransCarioca e TransOlímpica. Tais investimentos, apesar de terem como foco central tornarem a cidade atraente para o capital, trazem benefícios indiretos para a população local, mas não há uma melhoria significativa nas condições de vida da população.

Quanto ao Projeto Porto Maravilha, a intenção é a valorização da zona portuária como porta de entrada da cidade e um centro de atividades culturais, funcionando como a vitrine da cidade, embelezando lugares antes degradados. Como coloca Barreira (2013), o que está em jogo na substituição dos galpões por museus, ateliês, edifícios comerciais e modernos, é a capacidade da refuncionalização de modificar o modo como os lugares são representados na coletividade, com vistas à valorização imobiliária. Os bairros que compõem a nova área sofrem modificações, transformando-se em núcleos turísticos culturais, expulsando a população de baixa renda.

Um ponto importante trabalhado por Sanchez (2001), no que se refere

a tais investimentos, diz respeito à visibilidade que é dada aos respectivos governos das cidades que assumem a característica de empresariamento. Segundo a autora, as cidades-mercadorias são construídas pela ação de diferentes atores, dentre eles governos locais, atores hegemônicos com interesses específicos, bem como agências multilaterais de caráter internacional e ação global, que trabalham como centros de pensamento, difusão e financiamento de políticas públicas¹.

Esses diferentes atores, de acordo com Sanchez (2001), constroem uma imagem de cidade que passa a ser vista por todos, a partir de estratégias discursivas, meios e instrumentos para sua difusão e legitimação. Contudo, quando vista apenas sob uma análise genérica, as imagens das cidades parecem ser resultado de ações governamentais que alcançaram êxito mediante seu desempenho e que, posteriormente, foram descobertas por agentes externos.

Quando analisamos, a partir de um olhar minucioso, observaremos que no Rio de Janeiro, o processo tem se dado mediante ao que Sanchez (2001) afirma; a reeleição do Governador Sérgio Cabral² e do Prefeito Eduardo Paes³ evidenciam a exacerbação de suas “boas práticas”. Tais eleições corroboram o avanço do conservadorismo na sociedade carioca. A população os reelegera a partir da ótica de que a cidade progredia em função do desempenho dos referidos governantes, desconsiderando assim os demais atores envolvidos e sua real intencionalidade. Não há um questionamento com relação à solução das reais demandas que se apresentam na cidade. As modificações que se sucedem não têm como objetivo um atendimento das necessidades da população, investindo apenas em projetos que “maquiam” a cidade para os eventos.

Além disso, a eleição e reeleição parecem apresentar-se como “carta branca” para a continuidade do projeto cidade *commodities*. De acordo com Sánchez (2001), há uma construção mitificada da figura do líder carismático pela competência técnica que é capaz de situá-lo num nível acima da política.

1 Podemos citar como agências multilaterais o BID, BIRD, ONU, dentre outras.

2 Vale lembrar que em sua reeleição (2010), o governador Sérgio Cabral (PMDB), recebeu 5.217.972 votos, o que equivale a 66,08% do total de votos, tendo como carro-chefe em sua campanha o projeto das UPPs.

3 Eduardo Paes (PMDB) foi reeleito (2012) como prefeito do Rio de Janeiro com 64,60% dos votos (2.097.733). Esta foi considerada uma votação histórica, sendo a maior já registrada na cidade.

Cabe pontuar, que cidades *commodities* caracterizam-se como uma nova forma de ação das grandes cidades, pautadas na lógica empresarial, onde a publicidade oculta as contradições sociais, dando ênfase a necessidade de atender as demandas do mercado na atual fase da economia.

Pires, Ribeiro e Kant (2011) apontam que a cidade do Rio de Janeiro, inseriu-se no hall seletivo das cidades *commodities*; ingressando, na divisão internacional da indústria global do entretenimento, gerando na cena política novos atores com novas demandas, uma vez que o Rio passa a disputar espaço com outras cidades como sede do poder.

Vainer (2002) observa que é necessário pensarmos que o tipo de mercadoria vendida dependerá do seu consumidor. Assim, no que se refere à cidade, todos governantes terminam por vender a mesma mercadoria para os mesmos consumidores, que têm invariavelmente as mesmas necessidades. O que qualificará a cidade como mercadoria é o capital internacional, visitantes e usuários que possam pagar. Tem-se então que a mercadoria cidade tem um público muito específico, sobretudo por se tratar de uma mercadoria de luxo. Sendo assim, essa cidade não é planejada de forma que seja apropriada por todos (VAINER, 2002).

Para o autor, há uma coexistência entre a cidade-mercadoria/cidade-objeto que se apresenta de forma passiva e a cidade que se apresenta como sujeito, a qual se apropria de uma nova identidade de cidade empresa. Considerar a cidade como uma empresa significa concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado, encontrando neste a regra e o modelo de planejamento e execução de suas ações:

Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada. (VAINER, 2002, p.86)

Assim, observamos que as ações buscam estratégias que tornem esse “negócio” mais rentável e “vendável”, em detrimento do bem estar da população local. Nessa dinâmica presencia-se um processo de desregulamentação de tudo o que apareça como obstáculo ao lucro das iniciativas privadas e dificulta as estratégias de sobrevivência da classe pauperizada formalizando, como enfatiza Barreira (2013), a precarização da miséria.

Mészáros (2008) aponta que na ordem capitalista as contínuas tendências de desenvolvimento que deveriam demonstrar um progresso significativo, apontam para a direção oposta, fruto de um sistema social incuravelmente injusto. Questionarmos e fazermos frente a forma como esse sistema está posto nos coloca em confronto com as forças destrutivas que estão à disposição dos que administram o poder, usando-a sem hesitação quando as regras de exploração estiverem ameaçadas.

A imagem-síntese de cidade e a ameaça das manifestações

Em um contexto de aprofundamento do neoliberalismo, observamos que na cidade, assim como em toda a sociedade, a intervenção do Estado tem sido vista como algo nefasto, que impede a livre iniciativa do mercado. Como já vimos nesse novo conceito de planejamento urbano, a parceria público-privada assegurará que os interesses do mercado estarão representados em todo processo de decisão. Além disso, com o processo de sucateamento das políticas públicas, associado a um discurso falacioso de “ineficiência” do Estado, no que se refere à gestão das políticas públicas, abre espaço cada vez mais para a iniciativa privada.

A cidade neoliberal, de acordo com Vainer (2013), aprofunda os problemas já existentes herdados de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, serviços precários ou inexistentes, aprofundamento da desigualdade, violência urbana, congestionamento e custo crescente de um transporte público precário culminam em manifestações que ocorrem em todo Brasil em junho de 2013.

Associado a todos os problemas referidos, a população inconformada com os altos gastos públicos diante dos megaeventos, foi às ruas exigir serviço público de qualidade, transporte, segurança, saúde e educação. Como afirma Rolnik (2013), as manifestações perturbaram a ordem de um país que parecia viver num momento de paz e prosperidade, evidenciando uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos.

Num contexto de empresariamento urbano, as manifestações ressignificam as lutas, onde a cidade não passa a ser somente palco das lutas, mas também aquilo pelo que se luta. No Rio, as manifestações estavam “roubando a cena” dos grandes eventos ocorridos na cidade, como a visita

do papa Francisco, bem como a Copa das Confederações, colocando em risco os altos investimentos dos mercados externos.

De acordo com DaMatta (1997), a sociedade brasileira é avessa ao conflito. Os conflitos não são admitidos como parte da história, e, continuamente, as classes dominantes adotam a perspectiva da solidariedade, ao passo que as classes dominadas assumem a posição de revelar o conflito latente. Nesse sentido, além dos riscos postos, as manifestações estavam expondo os problemas presentes, desvelando os conflitos e evidenciando que o consenso não estava tão consolidado nessa nova proposta de cidade.

Sánchez (2001) acrescenta que a ideia do “consenso-cidadão”, além de ter a função de ser um cimento social, passa a ser, também, no mercado externo, um elemento em que mede o grau de confiança que merecem os governantes locais para a viabilização de futuros investimentos. Desse modo, a mídia busca veicular a imagem de uma harmonia social.

Analisando a ideia da autora com relação ao chamado “consenso-cidadão”, observamos que a participação dos cidadãos nessa “reforma” da cidade, se dá de forma inerte e apolítica, embora exista na população uma sensação de participação, mas sem qualquer interferência de fato no conjunto das decisões. Há, pelo contrário, um processo de desmobilização social quando ocorrem tentativas de expressar novas propostas, como foram os casos das manifestações fortemente reprimidas, com o apoio dos aparelhos midiáticos, que tratavam os manifestantes como vândalos que iam contra o progresso da cidade.

Há uma tentativa de desmobilização, como também uma lógica que busca depreciar ou mesmo ocultar os problemas advindos de um desenvolvimento excludente, associado aos efeitos provocados pelo neoliberalismo.

Analisando que a construção do consenso pressupõe uma negociação entre partes equivalentes e que este se dá de forma conjunta, buscando o bem da coletividade, consideramos que há uma ilusão de construção/formação do consenso, um “pseudo consenso”, tendo em vista que os projetos têm sido colocados de forma imposta. As manifestações demonstraram claramente que na ausência da real construção do consenso, o que se opera é o dissenso, e este vimos que foi totalmente reprimido, sem qualquer diálogo, que considere as manifestações como vozes alternativas para a construção do espaço público.

As representações de cidade, tornadas dominantes, são meticolosamente implantadas para mostrar uma cidade homogênea, apagando os conflitos políticos, culturais e de classe. As manifestações, como ressaltava Maricato (2013), apontavam uma clara contradição de interesses entre os que buscam a cidade para melhores condições de vida e aqueles que vislumbram apenas a extração de lucro. Os interesses, nesse sentido, são inconciliáveis no que diz respeito à apropriação da cidade que é tratada não como um espaço público que pertence a todos e, portanto, as decisões deveriam ser tomadas por todos, mas é tratada priorizando unicamente os interesses do capital.

Desse modo, ao expor os conflitos presentes na cidade, as manifestações estavam colocando à prova o novo projeto de cidade, apresentando o Rio como um lugar de contradições e de agregação conflitiva, evidenciando que a cultura urbana “dominante” não foi internalizada de forma passiva, tampouco o espaço urbano não estava completamente capturado pelas estratégias de poder de seus governos midiáticos.

Tendo em vista que um dos objetivos dos gestores de imagens busca a imposição de barreiras ao exercício da participação crítica, a resposta dos governantes diante das manifestações foi a neutralização dos conflitos, com a utilização de suas forças repressivas, com o uso da truculência policial e reação desproporcional por parte da mesma. A força policial, que cotidianamente executa pessoas nas favelas, se fez presente nas cenas das manifestações apontando que “no país próspero e feliz, a linguagem da violência ainda é parte importantíssima do léxico político” (ROLNIK, 2013, p.10).

Borja e Castells (1996) afirmam que para as cidades se adequarem às novas demandas da economia global e da competitividade internacional, é necessário considerarmos a forte personalidade e o dinamismo de seus prefeitos. Presenciamos no Rio de Janeiro a falta de diálogo entre os governantes e a população, com a implementação de projetos de “cima para baixo”, sem qualquer participação popular.

Não obstante, os autores apontam que um dos fatores para o projeto de transformação urbana é a vontade conjunta, o consenso público e o fortalecimento da cultura cívica. Para que ocorra um consenso quanto às transformações urbanas, é necessário elevar a autoestima dos moradores da cidade. Para Sánchez (2001), há um complexo intercâmbio entre a reestruturação de lugares e a construção de identidades. As representações que

os sujeitos têm do real tem impacto direto na construção da realidade. O Rio de Janeiro vive um contexto de busca pela valorização e elevação da identidade do carioca tão enfatizado pelo novo slogan utilizado pela prefeitura “Rio eu amo eu cuido”:

RIO EU AMO EU CUIDO é um movimento de voluntários apaixonados pelo Rio que visa conscientizar os cariocas e entusiastas da cidade maravilhosa da importância dos pequenos gestos que estão ao alcance de todos e são capazes de transformar a cidade. O mundo ama a cidade maravilhosa, mas apenas amor não constrói uma cidade. (...) Além do seu amor, o Rio precisa da sua atitude. ‘Chamar a responsabilidade para si’ faz parte desse novo Rio da Copa do Mundo, das Olimpíadas, da Rio+20. (rioeuamoeucuido.com.br)

O discurso dos governantes é que o excessivo gasto público com os eventos olímpicos servirá ao progresso da cidade e, para isso, é necessário o apoio da população quanto aos transtornos gerados pelo “progresso” urbano. A ideologia do poder, ressalta Mészáros (2008), mantém um determinado controle sobre a consciência popular, apontando a necessidade e o sucesso do sistema capitalista. Diante do suposto sucesso, é necessário que ocorram apenas mudanças superficiais para que se acomodem dentro de seus sistemas estruturais de reprodução social. Observa-se que o discurso ufanista e bairrista opera a inversão de que trata Mészáros (2008), além de criar uma estética do coletivo como somatório dos individuais.

À luz das análises marxistas, Iasi (2013) aponta que, submetidos à sociabilidade do capital, os sujeitos interiorizam as relações sociais na forma de uma representação que as toma como naturais e imutáveis. A consciência imediata assume uma forma particular da realidade como se fosse a realidade sem questionar a fragmentação e superficialidade das esferas que compõem a vida, sem antes analisar os fatos como uma totalidade articulada.

Sánchez (2001) ressalta que a multiplicidade de identidades e diferentes formas de vida social, que coexistem na cidade, são simplificadas numa única identidade. Assim, são promovidas ações com vistas a potencializar o consenso e esvaziar o dissenso, buscando assegurar a viabilidade do projeto modernizador. O poder político, por meio da mídia, busca exercer um crescente domínio sobre a vida coletiva. Há, segundo ela, uma tentativa de construção de uma determinada leitura de cidade influenciando, conseqüentemente, na formação de valores culturais e de representação social. Nesse sentido, o cultivo ao patriotismo de cidade incide no esvaziamento da política.

Para Harvey (1996) esse fortalecimento da cultura cívica pode potencializar a população quanto a algum senso de identidade, solidariedade social e de ligação com o lugar, contribuindo para a construção de consenso.

Já Vainer (2002), não vê possibilidades de ganhos políticos, econômicos ou sociais por meio desse tipo de planejamento urbano. A instauração da cidade-empresa constitui uma total negação da cidade enquanto espaço político e, para a legitimação desse projeto, onde o espaço público torna-se cada vez menor, é necessária a formação do consenso. Assim, ocorre um banimento da política e a eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania. Dessa forma, o autor acrescenta que o empresariamento urbano implica na despolitização da cidade, uma vez que o interesse individual é valorizado, em detrimento do interesse geral. Assim, a parceria público-privada busca assegurar que os interesses do mercado estarão representados e antepostos no processo de planejamento e de decisão.

Não obstante, as imagens-síntese oficiais da cidade são mostradas com aparência de objetividade, apresentando fatos sociais como inquestionáveis. Contudo, essa leitura da cidade parte de um olhar sob a perspectiva do poder dominante. Para a autora, essas imagens-síntese constituem na negação da possibilidade de existência de outras imagens e outras leituras, pois se retira da cidade o que é politicamente essencial, sendo esta a multiplicidade enquanto coexistência e possibilidade de conflito, de exercício da política. O aparente realismo promovido por essa imagem é em essência ideológico, pois passa como natural o que é fato cultural. (SÁNCHEZ, 2001).

Como afirma a autora, não existe um mundo neutro e unívoco, as representações são carregadas de intencionalidade, buscando a produção de efeitos na realidade social. Assim, a construção de imagens opera, necessariamente, com sínteses seletivas e parciais, que dão visibilidade a alguns aspectos e omitem outros, a depender de determinados interesses. Cada representação da cidade dependerá de quem a lê, de onde se olha e para onde se olha. Como afirma Harvey (1996), “a maneira pelo qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos” (p.29). Nesse sentido, o que é visto através das imagens acerca da cidade não é uma realidade dada, objetiva, mas um conjunto de informações parciais, construídas a partir de uma determinada perspectiva.

Implícito a essas sínteses de cidade há uma proposta de ordem urbana que mostra a impossibilidade de formas alternativas de viver na cidade. Há, conforme analisa Sánchez, uma “fabricação de uma cidadania” que se pretende ajustá-la ao projeto de cidade, com vistas a garantir uma ordem social, ou seja, “faz cidade” e, ao mesmo tempo, fabrica cidadãos à sua medida.” (SÁNCHEZ, 2001, p. 41). Ao falar sobre os cinco anos de UPP e as perspectivas para as favelas a longo prazo, José Mariano Beltrame, secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, evidencia em seu discurso a impossibilidade de projetos alternativos: “Não posso conceber o Rio hoje sem as UPPs, sem os alívios que elas trouxeram. A gente deve criticar para construir melhor. Quem defende o fim delas no curto prazo, ou está mal intencionado ou vive em outro mundo” (O GLOBO, 13/12/2013).

Assim, operando no discurso dessa imagem-síntese de cidade, tudo o que se mostra contrário a essa dinâmica é visto como perturbação da ordem urbana, tudo o que vai contra aos projetos que envolvem essa mercantilização da cidade é tido como “inimigo” do progresso, ou ainda, como assevera Sánchez (2001), qualquer pensamento que ameace o “consenso” pode ser representado como desamor à cidade, e não uma discordância quanto ao projeto dominante.

Essas sínteses, esclarece Sánchez (2001), culminam inevitavelmente numa leitura fetichizada e reducionista das relações sociais, pois prevalecem traços identitários instrumentais às relações dominantes de poder, dando uma falsa sensação da existência de uma vida de classe média para todos habitantes. A hegemonia é construída ao evocar uma identidade territorial homogênea, que precisa se proteger do diferente-externo. A identidade consensuada é apresentada como condição de sobrevivência e êxito da cidade frente à globalização.

Observamos um processo claro de manipulação simbólica quanto aos discursos referentes à cidade que se impõe, como afirma Novais (1999), pela autoridade daquele que a divulga e pela incansável repetição de uma pseudo-verdade, com vistas a garantir a aceitação cultural (apud SÁNCHEZ, 2001).

O envolvimento a participação da população nos projetos, instigada através da mídia, caracteriza-se como legitimadora, em prejuízo de uma participação transformadora das políticas e dos projetos implementados, encobrindo práticas autoritárias nas definições das políticas, com pouca ou quase nenhuma participação da sociedade. Não obstante, esse estímulo gera um

sentimento de participação ativa e uma participação contemplativa, tendo em vista que a assistência ao espetáculo cria uma ilusão de participação.

À exemplo da campanha “Rio eu amo eu cuido”, observa-se o uso da emoção como instrumento político, como estratégia de criação de uma identidade local. A construção de uma relação emotiva e afetiva entre a população, o governo municipal e a cidade são essenciais para o êxito do projeto de cidade, assegurando a sustentação passiva da população para a política (SÁNCHEZ, 2001).

Observa-se um forte impacto dessas campanhas na atitude dos cidadãos, visto que, muitos investimentos que poderiam gerar transtornos pela distribuição de recursos, são apresentados como “em longo prazo, bons para todos”. A título de exemplo, podemos citar a derrubada do elevador da perimetral para a revitalização da Zona Portuária da cidade. Em entrevista ao jornal “O Globo”, ao falar sobre a derrubada do elevador, um trabalhador que ajudou na construção da via diz: “Eu sinto uma satisfação muito grande por ter contribuído com essa obra e acho que a modificação vai ser boa para a cidade.” (O GLOBO, 24/11/2013).

Esse sentimento de identificação entre os cidadãos e a “imagem de marca” de sua cidade tem levado o morador a aceitar os sacrifícios que têm sido colocados em sua vida cotidiana com as transformações urbanas, tendo em vista que a veiculação das imagens-síntese da cidade intensifica a ideia do usufruto pleno dos novos espaços.

A ideologia burguesa e os efeitos na consciência comum na vida dos cidadãos

Ao retomarmos a discussão da ideologia em Marx, vemos que a classe burguesa, a qual busca manter as relações sociais inalteradas, é detentora do poder econômico, político e ideológico. Sendo assim, essa classe determina a tomada de decisões. As relações sociais capitalistas subordinam todas as esferas da vida. Essa classe além de economicamente e politicamente dominante, controla as objetivações ideais dessa sociedade (as ideias, os valores, produção de conhecimento), utilizando esses meios a seu favor no intuito de manter essa sociedade, apresentando-a como necessária. Segundo Marx: “Toda classe que aspire ao domínio deve, portanto, esta classe conquistar antes o poder político, para representar, por sua vez, o seu pró-

prio interesse como sendo o universal, ao qual ela está restrita nos primeiros tempos.” (MARX, 1979, p. 58). Quando a ideologia apresenta a visão particular da burguesia como se fosse universal, ela se apresenta invertida.

Em toda a ideologia, os homens e as suas relações nos parecem colocados de cabeça para baixo, como numa câmara escura, esse fenômeno decorre do seu processo de vida histórico, da mesma forma que a inversão dos objetos sobre a retina decorre do seu processo de vida diretamente físico (MARX, 1979, p.51).

Na análise marxiana, a ideologia apresenta o real invertido, e essa inversão aparece naturalizada, uma vez que esta opera na consciência imediata, soldando a impossibilidade das contradições. As relações sociais de produção e a dominação de classe, ao se constituírem enquanto ideologia, operam sobre as relações, elaborando na consciência imediata o real como real. Nesse sentido, o sujeito serializado segue sua vida subsumido ao real. Assim, a ideologia é a forma da subjetividade que permite dar sentido a essa subordinação.

Kosík (1976) afirma que o pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Não obstante, o mundo que se manifesta aos indivíduos na *praxis* fetichizada, não é o mundo real, apesar de ter a validade do mundo real. Ainda segundo o autor, “A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas” (KOSÍK, 1976, p. 15).

O discurso se dá de forma invertida, distorcendo a verdade e oferecendo o oposto para consumo geral, apresentando o capital como um sistema natural e eterno. O que se tem é um modo de reprodução social metabólico e historicamente limitado, restrito no tempo. Mészáros (2008) aponta algumas razões para os limites absolutos do sistema, dentre elas a busca irrestrita de acumulação de capital independentemente de seus efeitos destrutivos, bem como um círculo vicioso de competição e monopólio, culminando em uma concorrência desenfreada, trazendo uma competição feroz e destrutiva.

A construção da “cidade-mercadoria” se dá num contexto de criação de novas formas de reprodução do capital e se materializa nos processos de reordenação da cidade e da criação da imagem para vendê-la. Para Marx, “A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele

a burguesia a conquistar o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (MARX, 2008, p.14). Como aponta o autor, a burguesia cria o mundo a sua imagem e semelhança, a partir de seus interesses. Nesse sentido, o Estado do Rio de Janeiro submete seus interesses aos interesses do capital, funcionando como um “comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa”.

Em tempos de concorrência entre as cidades, levar determinados projetos adiante em nome de um dito “progresso” torna-se o mais importante. As mudanças ocorridas na cidade não levam em consideração os impactos perversos que parte da população vem sofrendo. Os governantes com o objetivo de acumular lucros e tornar a cidade atraente para o investimento do capital não levam em consideração os efeitos destrutivos que tais iniciativas causam. Um desses efeitos no que concerne ao Rio, são os altos números de remoções. As obras de infraestrutura e construção de equipamentos esportivos removeram 3 mil famílias na cidade e mais 7 mil estão ameaçadas⁴.

Para compreender as evidências dos limites postos pelo capital, é necessário considerar que o horizonte de tempo do sistema dá-se a curto prazo, devido as sucessivas pressões da concorrência e do monopólio e as resultantes formas de dominação com objetivo de ganho imediato. Esse horizonte de tempo só é capaz de adotar medidas corretivas após o dano ter sido causado, ainda assim, ressalta Mészáros (2008), tais medidas são introduzidas de maneira limitada.

O capital, de acordo com autor, “é incapaz de apontar as causas que historicamente surgem como *causas*” (p. 134). Não há um questionamento metódico da relação entre causa e efeito. O sistema opera para introduzir medidas corretivas, *empilhando efeitos sobre outros efeitos* gerando impactos contrários causadores de problemas, coadunados com as limitações da ordem estabelecida no horizonte de tempo a curto prazo. (MÉSZAROS, 2008)

Ao relacionarmos o projeto das UPPs com o que o autor coloca no que se refere aos efeitos que geram outros efeitos, podemos citar o aumento do número de desaparecidos em favelas pacificadas. Em recente reportagem da “Folha de São Paulo”⁵, foi realizado um estudo em 18 favelas pacifi-

4 As informações estão presente no “2º Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro” - 15/05/2013.

5 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335523-em-76-das-upps-no-rio-ha-denuncia-contra-algum-policial.shtml> acessado em 13/10/2013.

cadras, onde observou-se que “o número de homicídios caiu 68%, mas o de desaparecidos subiu 56%. (...) Um ano antes da inauguração da UPP, a Cidade de Deus registrou 18 desaparecidos; um ano depois, em 2010, o total subiu para 49. Em 2011 sumiram 22 pessoas”.

Identificamos, a partir dos dados supracitados, o investimento apenas no efeito e não na causa do problema. O aumento da violência associado ao crescimento do tráfico de drogas tem raízes nas questões econômicas, sociais e políticas. Não obstante, as UPPs buscam um impacto apenas marginal e superficial das questões relativas à violência do tráfico. Não se tem um investimento com vistas à prevenção, buscando um impacto significativo nas estruturas sociais, por meio de políticas públicas efetivas.

Dessa forma, podemos observar que por trás da faceta de um projeto “bem-sucedido” encontramos diversos problemas econômicos e sociais, os quais, segundo Harvey (1996), assumem em muitas cidades a forma geográfica de uma cidade dual: de um centro inovador e reformado cercado por um mar de pobreza. Além disso, afirma o autor, muitas inovações e investimento que buscavam tornar as cidades mais atraentes como centros culturais e de consumo foram copiados em outros lugares, tornando efêmera toda vantagem competitiva dentro de uma rede de cidades.

Outra questão destacada por Harvey (1996), é que esse tipo de intervenção urbana possibilita que a nova elite financeira se aproprie da cidade e usufrua melhor de seus resultados, o que culmina no aumento das desigualdades sociais na cidade, no empobrecimento urbano, bem como aceleram o processo de gentrificação tanto no “asfalto” quanto nas favelas. O indivíduo que antes via possibilidade de morar em locais próximo ao centro, se vê compelido a mudar para bairros mais distantes e com menor custo de vida. Já, parte dos moradores das favelas pacificadas, diante do aumento do custo de vida, mudam-se para outros locais, em sua maioria para zona oeste ou baixada fluminense.

Diante da “pacificação” e do processo de urbanização, há também diversas taxas de tributação, dentre elas contas de água, de luz e TV a cabo. Observa-se a conquista de serviços, sem a conquista de direitos, assim os moradores dessas áreas passam a ser vistos apenas pela lógica do cidadão consumidor. Uma vez que parte da população não tem condições de pagar por tais serviços, veem-se diante de duas alternativas: baixam o nível de vida ou mudam para outros locais afastados do centro. Há com toda essa

mudança a entrada dos serviços privados e da polícia, contudo o mais esperado pela população e que acarretaria de fato na melhoria da qualidade de vida não se instala: os demais serviços públicos.

Por fim, termino este item, citando o pesquisador Wagner Geminiano⁶: “A cidadania e a liberdade tão prometida e alardeada pelo Estado e aplaudida e espetacularizada pela mídia subiu o morro de caveirão, mas apeou dele solando e dando de bico naqueles que mais ansiavam e esperavam por elas: os pobres”. (GEMINIANO, 2012).

Considerações Finais

Presenciamos nos últimos tempos um intenso investimento dos gestores do Rio de Janeiro na recuperação da imagem objetivando a superação do estigma de desorganização, violência e pobreza. A preocupação dos governantes não está nas mudanças objetivas da cidade, com vistas a melhoria das condições de vida da população, mas nas ações que visem recuperar a imagem de uma “cidade maravilhosa”. Tal investida deve-se ao fato do Rio de Janeiro ser o foco dos grandes eventos olímpicos.

A cidade vem assumindo fortemente uma identidade mercadológica com contornos empresariais. Para a produção desse novo espaço, operam diferentes agentes e interesses combinados, dentre eles governos locais, atores hegemônicos com interesses específicos, bem como agências multilaterais de caráter internacional e ação global, que trabalham como centros de pensamento, difusão e financiamento de políticas públicas.

A cidade, tratada como mercadoria, passa a ser pensada de forma a atender as necessidades de um tipo específico de consumidor, sendo eles o capital internacional, visitantes e usuários que possam pagar. Tem-se então que a mercadoria cidade tem um grupo muito específico, sobretudo por se tratar de uma mercadoria de luxo. Sendo esta uma mercadoria de luxo, todos aqueles que não estão dentro dos grupos de consumidores e que podem “sujar” essa imagem de cidade – os “indesejáveis” – são tratados pelo viés penal.

6 Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco -. Mestre em História (2008) e professor do curso de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul - FAMASUL/Palmares-PE.

Os investidores não “abrem mão” de uma clara e decisiva intervenção estatal, desde que voltada para os interesses constituídos e dominantes no mercado. Assim, a parceria público-privada assegurará que os interesses do mercado estarão assegurados no processo de planejamento e decisão. Desse modo, vemos que o interesse particular, nesse processo de transformações urbanas, se sobrepõe à coisa pública, ao interesse de todos.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (org) Até o último homem: Visões cariocas da administração armada da vida social. 1º ed: São Paulo. Editora: Boitempo, 2013.

BORJA, J.; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. Novos estudos CEBRAP: São Paulo, nº 45, julho, 1996.

DaMatta, Roberto. Você sabe com quem está falando?. In.: Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GEMINIANO, Wagner. As UPPs e a remoção branca nas favelas do Rio ou a cidadania sobe o morro de caveirão e quando apeia dá de bico em quem mais esperava por ela: os pobres, 12 jan., 2012. Disponível em: <http://experimentoshistoriograficos.blogspot.com.br/2012/01/as-upps-e-remocao-branca-nas-favelas-do.html>

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates: revista de estudos Regionais e Urbanos, Ano XVI, nº 39, 1996, pp. 48-64.

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão popular, 2007. Capítulo 1 – Reflexões sobre o processo de consciência. pp. 11 a 45.

IASI, M. L. – As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 4ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (pp.3-54 e pp. 195-221)

MALAGUTI, Vera B. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Ed Revan: Rio de Janeiro, 2003.

MARX, Karl. A Ideologia Alemã. In IANNI, O. (org.) Karl Marx - Sociologia. São Paulo: Ática, 1979. (pp.45-61 e 145-158).

MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. São Paulo: expressão popular, 2008.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido. In.: MARICATO, Ermínia (org.). “Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.” São Paulo: Ed. Boitempo: Carat maior, 2013.

MARICATO, Paloma H. O processo de pacificação nas favelas cariocas: elementos para uma crítica. Dissertação de mestrado pelo PPGSS/UFRJ, 2014.

MARTINS, M; Em 76% das UPPs no Rio há denúncia contra algum policial. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 out., 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335523-em-76-das-upps-no-rio-ha-denuncia-contr-a-algum-policial.shtml> acessado em 13/10/2013.

MENEGAT, Marildo. “Sem lenço nem aceno de adeus” In: Praia Vermelha: estudos de política e Teoria Social. Vol. 18, 2008. Rio de Janeiro, UFRJ.

MÉSZÁROS, István (2008). *A desigualdade social crescente, as classes sociais e as formas de organização social*. In: MENEGAT, Marildo; BERING, Elaine R. e FONTES, Virginia. Dilemas da humanidade: diálogos entre civilizações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PIRES, Lênin; RIBEIRO, Luiz César; KANT, Roberto de Lima. Entre a guerra e a pacificação: Paradoxos da administração institucional de conflitos no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ROCHA, C; SCHMIDT, S; RAMALHO, S. Beltrame sobre 5 anos de UPP: ‘Daqui a 20 anos, o que será da favela. O Globo, Rio de Janeiro, 13 dez., 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-sobre-5-anos-de-upp-daqui-20-anos-que-sera-da-favela-11056774>. Acesso em 13/12/2013.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In.: MARICATO, Ermínia (org.). “Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.” São Paulo: Ed. Boitempo: Carat maior, 2013.

SASSEN, Saskia. A Cidade Global. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana; NABUCO, Maria. (org.). "Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil". São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista Sociologia Política, Curitiba nº16, p. 31-49, jun. 2001.

TORRES, L; MARIUCHA, M; SILVEIRA, D. Primeiro trecho do elevado da perimetral é implodido no Rio. O Globo, Rio de Janeiro, 24 nov., 2013. Disponível em: Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/elevado-da-perimetral-e-implodido-no-rio.html>. Acessado em 30/12/2013.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

_____. Quando a cidade vai às ruas. In.: MARICATO, Ermínia (org.). "Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil." São Paulo: Ed. Boitempo: Carat maior, 2013.

* Paloma Henriques Maricato é Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela UFRJ. <palomamaricato@yahoo.com.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues
VICE-DIRETOR

Marcelo Braz
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Gabriela Maria Lema Icasuriaga
(ESS-UFRJ)
Rosemere Santos Maia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de
Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHESP-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi
Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil